



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL

SILVANA MARA PACHECO DE PAULA AFONSO

BELO HORIZONTE, 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a orientação da Professora Fernanda Carla de Castro, do Curso de Especialização em Gestão Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

Silvana Mara Pacheco de Paula Afonso

A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em vinte e um de março de dois mil e quinze, como requisito necessário para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Professora Fernanda Carla de Castro – Orientadora

Silvana Mara Pacheco de Paula – Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à comunidade escolar da Escola Municipal Dona Santinha, que foi objeto de estudo para elaborarmos seu Projeto Político Pedagógico, possibilitando-nos uma análise crítica da dinâmica vivenciada pela escola e contribuindo assim para uma gestão mais democrática e maior participação de todos que fazem parte dessa comunidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às minhas colegas de grupo para elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Dona Santinha, que contribuíram, cada qual com sua experiência e vivência escolar para o êxito de nosso trabalho. Com destaque para Ana Améliados Santos, diretora da escola, que não mediu esforços para nos apresentar a realidade da escola, favorecendo nossa participação na elaboração de tal documento.

EPÍGRAFE

*“Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade,
tampouco sem ela a sociedade muda.”*

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso destaca a importância da participação da família na escola, não só no tocante ao acompanhamento escolar do filho e nos eventos promovidos pela escola, mas numa visão mais ampla e generalizada, como tomada de decisão e exercício da cidadania, onde todos se sintam responsáveis pela educação que se propõe, contribuindo assim para uma gestão mais democrática e participativa. A partir dessa análise evidencia-se a importância da parceria entre família e escola para que a instituição cumpra sua função social. Percebe-se que o ambiente escolar é extremamente propício para discutir a participação da família nesse universo. Para embasar esse estudo serão utilizados como referenciais teóricos os autores: Marta Luz Sisson de Castro (2000), Alaíde Pereira Japicanga (2000), M A S Lucchesi (1997), Juçara Gonçalves dos Santos e Raimundo do Carmo Santos (2001), Elba Siqueira de Sá Barreto (s/data) e Luiz Fernando Dourado (s/data) dentre outros.

Palavras-chave: Família, Escola, Participação e Cidadania

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1.A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL	11
1.1 Caracterização da comunidade escolar	13
1.2 Parceria família e escola	15
1.3 Novos caminhos: utopia ou realidade	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	20
ANEXO 1 Questionário enviado aos pais da escola.....	22
ANEXO 2 Projeto Político Pedagógico.....	25

INTRODUÇÃO

Durante a elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal DonaSantinha, em Lagoa Santa, identificamos algumas situações que dificultam a organização e funcionamento da escola, distanciando-a de cumprir sua função social.

Dentre elas, chama a atenção a pouca participação das famílias na instituição escolar, não só no tocante ao acompanhamento escolar dos filhos e participação nos eventos promovidos pela escola, como principalmente, no envolvimento com as questões políticas. Não se observa uma participação crítica das famílias nas decisões a serem tomadas, não exercitando, assim, a cidadania e deixando de contribuir para uma gestão mais democrática.

Como constatado ao longo da elaboração do projeto, os pais têm participado cada vez menos da vida escolar de seus filhos e da escola. Quando muito participam das solenidades promovidas pela escola, de forma passiva e com pouco envolvimento, mas uma participação mais ampla, de cunho político, fruto do exercício da cidadania, ainda estamos longe de ver no cenário educacional.

Urge resgatar essa participação da família, conscientizando-a primeiramente de sua importância no processo escolar de seu filho, como também da participação das questões que tangem a escola, contribuindo de forma significativa para o processo educacional, mas como fazê-lo, numa sociedade cujos valores encontram-se tão distorcidos e levando-se em consideração a desestrutura familiar da grande maioria de nossos alunos? Sem dúvida, esse tem sido um dos maiores desafios da escola atualmente.

Faz-se necessário buscar estratégias de como resgatar essa família que a cada dia, tem delegado à escola a missão de educar seus filhos, como se essa fosse tarefa exclusiva da instituição escolar.

Para exemplificar, nas reuniões promovidas pela escola, o número de pais que comparecem tem diminuído consideravelmente ao longo dos anos, além de serem presentes, basicamente, os pais dos alunos com melhor desempenho escolar.

Há pouco envolvimento até mesmo nas festas promovidas pela escola e a participação dos pais tem sido cada vez menor nos diversos eventos promovidos por ela.

Se é perceptível o pouco envolvimento da família nos aspectos citados anteriormente, é quase nula a participação coletiva nos momentos de decisão vivenciados pela escola. Sem dúvida, esse é um caminho talvez ainda não percorrido e que precisa ser construído dentro da instituição escolar, principalmente para a consolidação de uma gestão democrática.

Ao longo da elaboração do PPP da escola Dona Santinha, percebemos o quanto a ausência da família tem contribuído para o fracasso escolar, portanto pretende-se, a partir dessa análise, enfatizar que a integração da família no contexto educacional é um dos elementos fundamentais no processo educativo.

Tentando contribuir para aproximar a família da escola, esse estudo tem por objetivo:

- Discutir as possíveis causas do afastamento das famílias do contexto educacional;
- Analisar o perfil das famílias, a partir de um questionário enviado aos pais dos alunos;
- Levantar algumas estratégias para reaproximação da família e a escola;
- Conscientizar os funcionários da escola sobre a importância de se usar estratégias que levem as famílias à participação escolar para que a instituição tenha uma gestão democrática.

Como referencial teórico, optou-se por usar os estudos dos seguintes autores: Marta Luz Sisson de Castro (2000), Alaíde Pereira Japicanga (2000), M A S Lucchesi (1997), Juçara Gonçalves dos Santos e Raimundo do Carmo Santos (2001), Elba Siqueira de Sá Barreto (s/data) e Luiz Fernando Dourado (s/data) dentre outros.

1. A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL

Um dos maiores desafios enfrentados pela escola atualmente, sem dúvida, tem sido a ausência das famílias no cotidiano escolar, o que tem provocado grandes danos à educação brasileira.

Os grandes problemas pelos quais passa a sociedade brasileira repercutem no cenário educacional, reproduzindo em seu interior as mazelas da sociedade.

Num passado remoto, havia um padrão de família brasileira, onde os papéis eram bem delimitados, os quais eram seguidos rigorosamente. Com o passar do tempo, algumas transformações foram ocorrendo, trazendo para a realidade, alterações significativas na composição familiar, fugindo daquele padrão habitual, onde o conceito de família se ampliou, apresentando-se das mais variadas formas.

Acredita-se que o novo conceito de família precisa ser melhor compreendido pela escola, que ainda está muito presa à família tradicional.

Outro fator que merece destaque é a independência das mulheres, que até pouco tempo atrás, tinham como função apenas o cuidado com a casa e educação dos filhos. A partir do momento em que as mães assumiram outras funções diferentes dessas, ela precisou se reorganizar para dar conta de suas variadas tarefas. Com isso o tempo destinado ao acompanhamento dos filhos foi redistribuído com outros afazeres para que ela pudesse desempenhar com eficácia tudo que lhe compete.

Vale ressaltar que se para as mulheres esse foi um ganho excepcional, sua independência certamente contribuiu para a desestrutura familiar, tão presente nos dias de hoje.

Visto que a educação dos filhos deve ter a participação também dos pais, ao abordar esses aspectos pretende-se traçar o novo perfil da família brasileira para que, ciente dele, possamos perceber essa família e assim buscar meios de sensibilizá-la da importância de sua participação na escola.

O que podemos apontar como novidades nesse novo modelo de família é que existem novas configurações. Segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), hoje no país existe, entre outros arranjos:

mãe criando filho sozinha, pai criando filho sozinho, mãe com filho gerado de forma “independente”, pai que assumiu o filho de uma relação passageira, marido e mulher vivendo juntos com os pais, irmãos e filhos de outros casamentos, casais gays com filhos de relacionamentos tradicionais, adotados ou concebidos a partir de barrigas de aluguel. E mesmo quando se observa o modelo clássico familiar, pais e mães precisam buscar o sustento de seu núcleo, não podendo se ocupar de outros compromissos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, inspirada na Constituição Federal de 88, em seu artigo segundo, diz que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LDB 9394/96, art 2º).

Analisemos, portanto, esse princípio, que continua garantindo, apesar das mudanças ocorridas na sociedade brasileira, tanto família, quanto Estado são corresponsáveis pela educação de nossas crianças e jovens, e somente através dessa parceria é que será possível garantir, de fato, seu pleno desenvolvimento, preparando-o para o exercício da cidadania e em condições de enfrentar o mercado de trabalho.

Eis o grande desafio, e no que tange a função da família, faz-se necessário que a escola primeiramente conheça sua realidade para assim poder atingir seus anseios e necessidades.

Vê-se muitas vezes uma grande cobrança por parte da escola no que se refere à participação das famílias, sem procurar entender o universo em que se encontram, criando um grande abismo entre eles, o que sem dúvida contribui para o fracasso escolar dos alunos. Ambos passam a responsabilizar o outro por esse fracasso, sem

assumir, cada um, suas responsabilidades frente ao processo de aprendizagem do aluno/filho.

A escola ainda não conseguiu absorver as mudanças ocorridas na estrutura familiar, ou seja, na sociedade em geral, o que tira dela a capacidade de entendimento e sensibilização frente aos anseios da família atual.

Por outro lado, a família, tem atribuído à escola, a responsabilidade de educar seus filhos, delegando a essa, funções que são sua.

1.1 Caracterização da comunidade escolar

Na ocasião da construção do Projeto Político Pedagógico da escola, realizamos uma pesquisa com a comunidade escolar, cujo objetivo era conhecer melhor seus atores e assim construir um PPP a partir dessa realidade, enfatizando suas necessidades e anseios.

A proposta foi apresentada, primeiramente em reunião, aos pais, professores e demais funcionários, para sensibilizá-los a participarem desse processo e posteriormente enviamos um questionário¹ para cada segmento. A seguir os dados foram tabulados e traçamos o perfil da comunidade “Dona Santinha”.

Pode-se dizer que foi um momento muito rico e de grandes expectativas dentro da escola, pelo fato de coincidir com o início da nova gestão escolar, despertando em todos, vontade de colaborar e contribuir para mudanças significativas no espaço escolar.

Através dos dados coletados na pesquisa, nos deparamos com alguns aspectos bem peculiares, próprios de uma escola de pequeno porte, situada num dos bairros mais antigos da cidade e cujas famílias já são moradoras há bastante tempo. A escola oferece os anos iniciais do Ensino Fundamental, nos turnos manhã e tarde, e EJA/ primeiro segmento, no noturno.

¹ A relação de perguntas está anexada ao final do TCC.

Com aproximadamente 300 alunos, oriundos das mais variadas classes sociais e com um perfil bem diversificado, temos alunos cujos pais são bem participativos, como também aqueles cujas famílias são extremamente ausentes, deixando os filhos aos cuidados exclusivos da escola, contribuindo para diferenças significativas entre os dois grupos. Desses alunos, apenas 35% são atendidos em tempo integral, o que tem sido uma solicitação da maioria dos pais, que necessitam desse atendimento para trabalharem.

Percebe-se que grande parte dos pais se culpam por não participarem de forma mais efetiva da vida escolar dos filhos, outros alegam não terem condições de auxiliar os filhos nas tarefas da escola por não compreenderem os conteúdos ensinados por ela.

Outro dado relevante da pesquisa diz respeito aos motivos pelos quais os pais são chamados à escola. Num desabafo, alguns disseram não se sentir à vontade para comparecerem, já que na maioria das vezes irão ouvir apenas críticas negativas sobre o filho, o que lhes causam dissabores. “Cansei de ir à escola, já sei tudo que a professora vai falar, em casa ela tá do mesmo jeito”, diz A.V.T, mãe de uma aluna de 13 anos matriculada no 4º ano do Ensino Fundamental.

Tem também aqueles que justificam sua ausência devido à falta de tempo, já que precisam trabalhar para oferecer uma vida melhor para os filhos. “Confesso que gostaria de participar mais da vida escolar do meu filho, mas trabalho em Belo Horizonte, o que me impede de participar da escola”, diz S.B.A., mãe de um aluno do 2º ano do ciclo de alfabetização.

Entretanto a grande maioria gosta da escola e espera que ela ofereça um ensino de qualidade e que se sentem tranquilos quando os filhos estão em horário escolar, principalmente quando em tempo integral, que beneficia os pais que trabalham e não têm com quem deixar seus filhos.

Outros dados da pesquisa, referentes aos profissionais da escola, também apresentam dados interessantes, pois permitem compreender a posição dos funcionários em relação às famílias.

De certo, os profissionais da escola, especialmente os professores, sentem que têm assumido responsabilidades frente a seus alunos, que dizem respeito, muitas vezes, às famílias, comprometendo assim as funções específicas da escola. Sem dúvida, isso tem gerado grande angústia e desmotivação do corpo docente e demais profissionais da escola. Os professores consideram a ausência dos pais um dos maiores problemas enfrentados pela escola. Segundo a diretora da escola, Ana Amélia dos Santos², o que mais lhe incomoda é que os pais dos alunos que mais precisam são os que não comparecem à escola, o que faz toda diferença.

Dentre outras considerações, Isso retrata o quanto estamos caminhando, muitas vezes, em direções opostas, deixando com isso de cumprir um princípio básico da educação nacional, proposto na Constituição Federal de 88, em seu artigo 205, “A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade(...), como também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mencionada anteriormente.

1.2 Parceria família e escola

Sabemos que uma gestão democrática só se consolida com a participação de todos os envolvidos no processo educativo e que o gestor tem papel fundamental nesse processo, cabendo-lhe a tarefa de articular as relações dentro da escola para que todos se sintam responsáveis por ela.

Com base nos dados coletados na pesquisa, podemos levantar algumas estratégias para resgatarmos a parceria entre família e escola. A escola Dona Santinha aposta na implantação do Projeto Político Pedagógico, na criação da Associação de Pais e Mestres e no fortalecimento do Conselho Escolar como ações articuladas, capazes de incentivar a participação não só dos pais, como dos diversos segmentos da escola, enfatizando a responsabilidade de cada um nesse processo democrático, conforme ressalta Dourado (2003),

² Em entrevista para este TCC, no dia 26/01/2015.

[...] é fundamental garantir, no processo de democratização, a construção coletiva do projeto pedagógico, a consolidação dos conselhos escolares e grêmios estudantis, entre outros mecanismos. Nessa direção, é fundamental a compreensão de que a construção de uma gestão escolar democrática é sempre processual e, portanto, em se tratando de uma luta política de construção, é eminentemente pedagógica.

Quanto ao Conselho Escolar, já existente, precisa ser melhor compreendido pelos diversos segmentos da escola, uma vez que trata-se de um órgão representativo e espaço de discussão e decisões no âmbito escolar. Incentivar a participação dos pais no Conselho Escolar é, sem dúvida, um caminho propício para que a família se comprometa com as questões escolares. Santos (2001) aponta o colegiado como relevante e que o êxito da gestão democrática depende de seu pleno funcionamento.

A gestão escolar deve estar atenta à realidade das famílias, para que favoreça sua participação, principalmente nesse contexto atual, onde os pais não dispõem de tanto tempo para frequentarem a escola. Em depoimento, uma mãe relatou que considera os horários de reunião inapropriados para quem trabalha e que anteriormente a escola as realizava aos sábados, o que garantia maior presença de pais. Além disso, “os bilhetes de reuniões deveriam ser enviados com mais antecedência para que os pais pudessem se organizar e comparecer no dia e horário estabelecidos pela escola”, diz B.S.A, mãe de um aluno do 5º ano do Ensino Fundamental.

Isso demonstra como pequenos detalhes podem fazer a diferença e contribuir para uma relação mais estreita e harmoniosa entre a escola e a família. Lucchesi (1997) afirma que o diretor tem papel importante nesse contexto, já que é um articulador de todas as forças no interior da escola.

Contudo a pesquisa realizada nos mostrou que tanto a família, quanto o corpo docente acreditam que é preciso propor mudanças para que a escola ofereça um ensino de melhor qualidade e com sucesso para seus alunos, cada qual colaborando e assumindo suas funções no processo de ensino e aprendizagem, pois como aponta Navarro (2004, p.1) “a responsabilidade pela aprendizagem escolar dos

estudantes deve ser igualmente dividida entre os seguintes componentes: gestores, professores, estudantes, educadores não-docentes e pais.

Barreto (s/data) destaca que a participação da comunidade é fundamental para que a escola cumpra sua função social, onde cada qual se sentindo responsável, irá pensar e buscar soluções para os problemas vivenciados pela escola, além de ser um ambiente propício para o exercício da cidadania.

Segundo a mesma autora é preciso criar na escola um ambiente acolhedor, onde todos se sintam à vontade para participar e, principalmente, opinar nas questões escolares, almejando a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

Sabe-se que a participação da comunidade deve ir além das questões materiais e sócio-culturais, portanto é preciso estabelecer laços de compromisso, onde as decisões e situações do dia a dia devam ser analisadas sob os diversos setores para que juntos possam buscar soluções para os problemas enfrentados pela escola, os quais são muitos.

1.3 Novos caminhos: utopia ou realidade

É preciso buscar estratégias para que as relações entre família e escola se estreitem, de forma harmoniosa, sem atribuições de culpas ou desabafos.

De acordo com o novo PNE, aprovado recentemente, sabemos que a participação da família é fundamental para o cumprimento das metas estabelecidas. Caberá à escola lançar esse desafio, chamando para junto de si, outros atores sociais.

Segundo Castro (2000) a participação da família é fundamental para que a tarefa educativa se realize plenamente, devendo ser construída dentro da gestão escolar, de forma que haja uma comunicação efetiva entre todos, além da cooperação entre família e escola para o alcance dos objetivos educativos.

É preciso que a escola, conhecedora de sua clientela, crie mecanismos para resgatar a presença da família em seu meio, criando situações que os faça sentir acolhidos e realmente parte importante no processo educativo.

Sabemos que alcançar esse patamar não é tarefa das mais simples, mas é preciso lançar o desafio. Para tal é fundamental ouvir toda a comunidade escolar, conhecer seus anseios, suas necessidades para juntos traçarem o caminho.

Desde que uma nova direção assumiu a instituição, em 2014, a escola tem buscado qualidade. Sabemos que a participação é requisito essencial para o processo de democratização na escola, como aponta Japecanga (2000). Sem dúvida, é um ato político que precisa ser exercitado e conquistado, através desses espaços coletivos de tomada de decisão. Cabe ao gestor escolar, principalmente, conduzir as relações dentro da instituição, mediando conflitos e oportunizando esse aprendizado.

Alguns avanços já foram percebidos, maior disponibilidade e comprometimento com a escola, aos poucos, tem feito a diferença, mas um longo caminho ainda se faz percorrer. O importante porém, é mostrar um novo jeito de se fazer escola.

Algumas estratégias já têm funcionado no sentido de despertar nos pais um sentimento de pertencimento, entre elas: trazer os pais para proferirem palestras para os alunos, de acordo com sua área de atuação, realização de entrevistas na escola com avós, tão presentes na educação dos netos, criação de grupos de estudo ou até mesmo oficinas diversas, ministradas pelos próprios pais, que tenham disponibilidade de horário, enfim, a criação de oportunidades para estreitar os laços entre esses dois grupos fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a escola tem papel fundamental na transformação da sociedade e formação integral do ser humano e que também sofre influência da mesma.

As mudanças ocorridas ao longo desses anos no país exigem uma postura diferente da escola, que não deve se fechar em seus problemas, ao contrário, ao firmar parceria, principalmente com as famílias alcançará melhores condições de pensar e buscar soluções para os problemas que enfrenta.

A família é pois um grande aliado da escola e assim deve ser vista para que de fato cumpra sua função.

A política educacional do país aponta para mudanças substanciais, através de novas formas de gerenciamento, buscando uma parceria entre todos os segmentos que participam do ambiente escolar. A consolidação dos conselhos, favorecendo a participação efetiva no processo educacional e aprimorando as ações desenvolvidas é eficaz e precisa ser construído dentro da escola para que ela cumpra sua função social.

Sem dúvida o gestor escolar tem papel fundamental nesse momento, cabendo a ele articular a integração entre os demais segmentos da escola.

É preciso primeiramente conhecer a clientela atendida e nesse ponto a escola Dona Santinha já percorreu um grande caminho.

A partir desse conhecimento fica mais fácil traçar as estratégias de ação, com participação efetiva de todos.

Vamos rumo a um trabalho integrado, onde cada um possa contribuir, de forma significativa para a melhoria da qualidade do ensino, possibilitando a todos a experiência rica do exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **A participação na escola**: contribuições para a melhoria da qualidade da educação. s/data. Disponível em http://escoladegestores.mec.gov.br/site/5-sala_planejamento_praticas_gestao_escolar/pdf/u1_saibamais8.pdf. Acessado em 30/01/2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**LDB. Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/96. Brasília – 1998.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação-LEI** Nº 13.005.. Brasília – 2014

CASTRO, Marta L.S. de. **A Gestão da Escola Básica**: conhecimento e reflexão sobre a prática cotidiana da diretora de escola municipal. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 71-87, fev./jun. 2000.

DOURADO, Luiz Fernandes (org); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições** (s/data). Disponível em [:http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf). Acessado em 08/02/2015.

_____. **Gestão escolar democrática**- a perspectiva dos dirigentes escolares da rede municipal de Goiânia. Goiânia: Alternativa, 2003.

_____. **A gestão democrática, eleição de diretores e a construção de processos de participação e decisão na escola** (s/data) Disponível em: www.tvebrasil.com.br/salto. Acessado em 08/02/2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). Censo 2010

JAPECANGA, Alaide Pereira. **A democratização das relações de trabalho na escola pública básica.**2000 Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/458/357>> Acessado em 08/02/ 2015.

LAGOA SANTA. **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Dona Santinha.** Lagoa Santa – MG – 2014.

LUCCHESI, M. A S. **O diretor da escola pública, um articulador.** In: PINTO, O. F. C, FELDMAN, M. G., SILVA, R. C. (Org) Administração escolar e política da educação. Piracicaba: UNIMEP, 1997.

LÜCK, Heloísa. **A dimensão participativa da gestão escolar.** Gestão em Rede, Brasília, n. 9, p. 13-17, ago. 1998.

NAVARRO, Ignez Pinto et al. **Avaliação: o processo e o produto.** 2004. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/ava_c_texto1.pdf. > Acessado em 02/02/ 2015.

SANTOS, Juçara Gonçalves dos e SANTOS, Raimundo do Carmo. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisão.** Disponível em: http://gephisnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/gestao_escolar_e_o_processo_de_tomada_de_decisao.pdf.> Acessado em 02/02/ 2015.

ANEXO 1 -Questionário enviado aos pais da escola:

Escola Municipal Dona Santinha

Questionário aos pais

Senhores pais e/ ou responsável,

Estamos elaborando o PPP da Escola Municipal Dona Santinha e para isso contamos com participação de todos os segmentos da comunidade escolar para que ele retrate, de fato, os anseios dessa comunidade e possa contribuir para um ensino de qualidade.

Queira respondê-lo com transparência e sinceridade, pois sua opinião será muito importante para a elaboração desse projeto.

“ TODOS PELA QUALIDADE NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM”

1. Gostaríamos de saber a opinião de vocês pais e/ou responsável sobre o desenvolvimento de seu filho (a), sua participação e sobre a escola.

Escreva (S) para sim, (N) para não e (AV) para às vezes:

- Vocês acompanham as tarefas e a agenda de seu filho(a) diariamente?
- Vocês comparecem à escola sempre que solicitados?
- Vocês gostam das reuniões de pais e conseguem tirar as dúvidas com os professores?
- Vocês acham que os professores mandam pouca tarefa de casa?
- Seu(sua) filho(a) participa das aulas de informática no laboratório da escola?
- Seu (sua) filho(a) comenta sobre as atividades realizadas na escola?
- Seu (sua) filho(a) tem horário e local adequados para realizar os deveres de casa?

2. Seu (sua) filho(a) tem tarefa de casa:

- 1 vez por semana 2 vezes por semana 3 vezes por semana
- 4 vezes por semana Nunca tem dever de casa.

3. Sobre o desenvolvimento de seu (sua) filho(a) você está:

- Satisfeito(a) Muito Satisfeito(a) Insatisfeito(a) Preocupado(a)

4. Sobre o acompanhamento nas atividades escolares de seu (sua) filho (a) você:

- É presente Deveria ter auxiliado mais Deixou a desejar

5. Quanto aos trabalhos dos professores de seu (sua) filho(a) você está:

Satisfeito(a) Muito Satisfeito(a) Insatisfeito(a)

6. E quanto à merenda da escola:

Satisfeito(a) Muito Satisfeito(a) Insatisfeito(a)

7. Quando necessitou de atendimento na secretaria da escola sempre foi:

Bem atendido(a) Mal atendido(a) Não conseguiu resolver os problemas

8. Quando necessitou de atendimento da equipe pedagógica sempre foi:

Bem atendido(a) Mal atendido(a) Não consegui resolver os problemas

9. Quando necessitou de atendimento da direção escolar sempre foi:

Bem atendido(a) Mal atendido(a) Não consegui resolver os problemas

10. Quanto à organização (recados, entrada e saída dos alunos, eventos e promoções realizadas pela escola) considera a escola:

Ótima Boa Ruim Precisa melhorar.

Onde? _____

11. Quanto aos projetos desenvolvidos pela escola:

Contribuem para a melhoria do ensino.
 Auxiliam na formação moral e ética dos alunos.
 São bem organizados e com planejamento prévio.
 Percebe-se comprometimento dos envolvidos.

12. Seu (sua) filho(a) é atendido na sala recurso? sim não

Caso afirmativo, como você avalia o atendimento:

ANEXO 2 – Projeto Político Pedagógico

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**ANA AMÉLIA DOS SANTOS
SILVANA MARA PACHECO DE PAULA AFONSO
SOLANGE BASTOS MARIANO
VIVIENI FRAZÃO DE CARVALHO TRINDADE**

LAGOA SANTA, 2014



ESCOLA MUNICIPAL DONA SANTINHA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Denise França Stehling do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

LAGOA SANTA, 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03
1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO	05
1.1 Posição política, filosófica, social e pedagógica.....	07
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	08
2.1. Estrutura Organizacional Administrativa	09
2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica	10
3. CURRÍCULO	12
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	15
5. PROCESSOS DE DECISÃO	17
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	19
7. AVALIAÇÃO	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	25

INTRODUÇÃO

No ano de 1963, foi criada em Lagoa Santa a Escola Combinada Infantil, que funcionava em prédio cedido pela Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, situado à Av. Getúlio Vargas, 352, com a finalidade de atender crianças na faixa etária de 05 a 06 anos de idade.

A partir de 1973 se instalou em um prédio anexo à Escola Estadual Dr Lund, com o nome de Escola Estadual de Lagoa Santa - Pré Escolar e só mais tarde foi transferida para o prédio próprio, no bairro Várzea.

Ao longo desses anos passou por várias ampliações, como construção de salas de aula, biblioteca e outros espaços para atender ao crescimento da clientela. A escola foi municipalizada em 07/03/96, de acordo com a Resolução nº 7852/96 – MG, passando a denominar-se Escola Municipal Dona Santinha - Pré Escolar.

Posteriormente, foi autorizado o funcionamento do ensino fundamental, através de Parecer 272, aprovado e publicado no Órgão Oficial de Minas Gerais, do dia seis de abril de dois mil e cinco e da Portaria nº 711/2005, publicada no Órgão Oficial de Minas Gerais, do dia 26 de maio do mesmo ano, recebendo o nome de Escola Municipal Dona Santinha – Ensino fundamental

Atualmente funciona em sede própria, situada à Rua Alfredo de Abreu, nº 201, no bairro Várzea, em Lagoa Santa, atendendo alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e EJA - 1º segmento (1º ao 3º período), totalizando 258 alunos. Embora tenha licença para ofertar a Educação Infantil, atualmente não atende esse segmento.

Seu nome é em homenagem à Dona Maristela Rodrigues Avelar, “Dona Santinha”, assim chamada carinhosamente por todos. Foi uma das primeiras professoras da cidade e diretora da Escola Estadual Dr Lund.

Casada com Dr. Lindouro Avelar, médico atuante em Lagoa Santa e cidades vizinhas e também prefeito eleito por cinco vezes, juntos, contribuíram para o desenvolvimento e formação das pessoas da cidade.

A escola dispõe atualmente de sete salas de aula, uma biblioteca literária, uma sala para os professores, sala da direção e supervisão, secretaria, uma sala de

recursos multifuncionais, para atendimento aos alunos com NEE – Necessidades Educacionais Especiais, um laboratório de informática, uma cozinha com dispensa e um pequeno refeitório coberto, quatro banheiros para alunos, sendo dois femininos e dois masculinos; um almoxarifado, uma dispensa para produtos de limpeza e uma quadra de esportes coberta.

A Escola Municipal Dona Santinha atende, em três turnos, os anos iniciais do Ensino Fundamental e uma classe de Educação de Jovens e Adultos, no noturno, oferecendo o ensino em tempo integral. Os alunos são assistidos pela Secretaria Municipal de Educação e a escola é mantida com as verbas do **PDDE** (PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA) e do **FUNDEB** (FUNDO NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA), sendo essa última repassada pela Prefeitura Municipal de Lagoa Santa. A escola também está vinculada ao Sistema Estadual de Ensino, por força do Dispositivo da Legislação em vigor, devido ao município não ter sistema próprio de ensino.

A comunidade é bem participativa, no que se refere às festividades realizadas pela escola, entretanto não demonstram muito interesse no que se refere ao desenvolvimento político da mesma. Geralmente participam de forma passiva, quando são convidados para reuniões para tomadas de decisões, o que interfere na garantia de uma gestão mais democrática. A escola que queremos construir prima pela democracia, porém como afirma ALFIZ (s/d, p. 68), gestão democrática:

não significa unir todas as pessoas envolvidas de maneira permanente para tomar cada uma as decisões que requer a caminhada. É necessário buscar formas representativas e às vezes operativas, que permitam oportunamente a tomada de decisões. (ALFIZ, s/d, p.68).

É importante que todos se unam num esforço mútuo para que a seleção de valores seja consolidada na busca de princípios, a serem definidos para identificação das aspirações prioritárias da família e da comunidade, no que diz respeito ao papel da escola na educação de um povo.

Portanto, a Escola Municipal Dona Santinha, propõe o desafio de construir coletivamente seu PPP, com base em sua realidade, buscando atender aos anseios de sua comunidade escolar, com vistas a alcançar um ensino de qualidade para todos os alunos que dela participam, colaborando para sua formação cidadã.

Os alunos, em sua maioria, são oriundos do próprio bairro onde se localiza a escola ou outros bairros vizinhos. Grande parte deles recebe assistência da família, mas um número significativo não conta com esse apoio, o que tem contribuído para o baixo desempenho escolar desses alunos, gerando o fenômeno da distorção idade/série, fator que precisa ser corrigido pela escola, através de algumas estratégias, contando para isso com o apoio de toda comunidade escolar.

Essas estratégias devem ser pensadas coletivamente, com participação de todos os profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem para que de fato possam atender à demanda dos alunos dessa escola, algumas, inclusive através do Núcleo de Alfabetização e Letramento da rede municipal.

A escola conta também com a sala de recursos, que tem auxiliado os alunos com dificuldades específicas, favorecendo o desenvolvimento de suas potencialidades.

Vivemos uma era tecnológica e seus avanços se modificam rapidamente. Percebe-se que a escola precisa acompanhar esse processo e buscar meios que viabilizem condições para um crescimento contínuo. Nesse sentido, a construção do Projeto Político Pedagógico da escola deve acompanhar as características desse cenário, incluindo em sua proposta pedagógica o uso dos recursos tecnológicos disponíveis na escola, como instrumentos de aprendizagem, por parte dos professores e alunos, como laboratório de informática, data show, dentre outros, objetivando uma melhoria do processo ensino e aprendizagem. Para isso é fundamental a preparação dos professores para uso desses recursos, ampliando o espaço restrito da sala de aula através do uso das novas tecnologias.

1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO

Como meta a escola busca sistematizar as ações necessárias ao planejamento do trabalho do professor, visando um ensino de qualidade para o aluno. Desde o ato de planejar, de forma articulada e integrada com docentes, discentes e toda comunidade escolar, ao de se organizar, estruturando a prática pedagógico-administrativa e estabelecendo metas a serem alcançadas que

favoreçam o desenvolvimento integral do aluno, preparando-o para o exercício consciente da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A promoção de métodos e meios para alcançar resultados satisfatórios é condição necessária para que se mantenha nítido o horizonte das ações pedagógicas que a escola deseja.

Vale destacar que o trabalho de planejar supõe o replanejar, entendido como ação congruente com uma avaliação de processos e de produtos esperados. Esse movimento implica em compartilhar metas – com alunos, famílias e equipe pedagógica, através da participação coletiva de toda comunidade escolar, quer seja em reuniões de pais, pedagógicas e conselho escolar, buscando soluções eficazes durante um processo contínuo, no intuito de se caminhar em direção à concepção de cidadãos conscientes de sua importância perante a sociedade.

Nesse sentido, são objetivos gerais da escola:

- Elevar a credibilidade da escola pública, considerando as mudanças e transformações pelas quais venha a passar, assegurando à mesma uma educação cada vez mais modernizada e de qualidade, tendo sempre como referência as políticas públicas de garantia aos padrões básicos e melhor qualidade de ensino às nossas crianças;
- Contribuir para o desenvolvimento da política educacional, privilegiando a autonomia pedagógica e administrativa da escola, como favorecimento à qualidade de ensino da escola e a promoção do aluno em seu meio social;
- Compreender, construir e vivenciar nas relações escolares a cidadania como participação social, assim como exercício de direitos e deveres políticos, adotando, no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas.

A Escola Municipal Dona Santinha, tem como concepção de educação, que muito mais que instruir, deve-se pensar que o indivíduo precisa ser preparado para o meio social. Enquanto espaço privilegiado da relação ensino/aprendizagem, a escola deve possibilitar ao aluno condições de se desenvolver e se socializar, dando-lhe autonomia para posicionar-se de modo consciente perante o mundo.

Para que a educação aconteça em sua plenitude, a escola precisa considerar vários fatores, como formação continuada dos professores, valorização dos profissionais da educação, incluindo plano de carreira e avaliação de desempenho, já que o professor tem papel fundamental nesse processo.

A garantia do desenvolvimento de um currículo básico que atenda às necessidades do aluno, com foco no sujeito, oferecendo condições de ensino-aprendizagem e recursos pedagógicos também é de extrema importância.

Nesse cenário educacional a gestão democrática ganha sentido especial, pois através da participação da comunidade escolar, buscar-se-á a construção de um projeto pedagógico de qualidade que atenda aos anseios dessa comunidade, contribuindo para a garantia da função social da escola.

Numa visão democrática e autônoma, a escola deve primar por uma prática pedagógica com ênfase na ação coletiva e participação efetiva de professores, alunos, pais e demais funcionários da escola, com intuito de oferecer um ensino de melhor qualidade e contribuir para a formação integral do indivíduo, capacitando-o para intervir de maneira consciente na sociedade na qual está inserido.

1.1. Posição política, filosófica, social e pedagógica

A Escola Municipal Dona Santinha visa contemplar vários eixos de trabalho, sabendo que assim a educação se desenvolve de maneira ampla e contínua, respeitando-se a característica filosófica da escola.

O planejamento e a implementação deste projeto visa, a participação efetiva do corpo discente e docente, explicitando a realidade da escola, dentro de seu entorno social.

O trabalho realizado na e pela escola perpassa pela questão pedagógica, visando o desenvolvimento das potencialidades dos alunos. Oportunizar uma aprendizagem significativa para os alunos tem sido nosso grande desafio, buscando o sucesso escolar.

Portanto toda ação dentro da escola deve ser pensada como favorecimento dessa aprendizagem, que não seja meramente uma reprodução dos conhecimentos já consolidados, mas uma prática mais reflexiva e construída a partir da realidade dos alunos.

A avaliação do trabalho pedagógico, sistematicamente, com vistas à reorientação de sua dinâmica, a participação dos professores e toda comunidade escolar, assim como a identificação das necessidades dos alunos e da estrutura física da escola são de responsabilidade de todos.

A dinâmica da escola deve destacar políticas que beneficiem e expressem seu compromisso com os alunos, nosso principal foco, e professores, envolvendo todos pertinentes ao cenário educacional, na busca pela qualidade do ensino, através de ações e atividades que considerem de extrema importância, tais como:

- Identificação de manifestações culturais peculiares à região e sua inclusão no desenvolvimento dos trabalhos da escola, através de projetos;
- Intercâmbio com instituições educacionais e / ou pessoas, visando à participação de professores e alunos nas atividades da escola;
- Orientação aos alunos, articulando o envolvimento da família no processo educativo;
- Encaminhamento dos alunos com NEE (Necessidades Educacionais Especiais), que necessitam de atendimento diferenciado, a instituições especializadas;
- Promoção à integração do aluno no mundo do trabalho, através da informação profissional e da discussão de questões relativas aos interesses profissionais dos mesmos e à configuração do trabalho na realidade social;
- Participação da família no planejamento e desenvolvimento das ações da escola, possibilitando a interação entre elas, como meio eficaz de garantir a permanência do aluno.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Segundo o dicionário Aurélio a palavra “estrutura” quer dizer aquilo que é, ou foi construído. No entanto, em uma escola também a sua estrutura organizacional administrativa e pedagógica precisam ser construídas em bases sólidas. Dada a sua importância, apresentamos a seguir:

2.1. Estrutura Organizacional Administrativa

A Escola Municipal Dona Santinha tem sua estrutura predial organizada em blocos, sendo o primeiro bloco: cozinha, dispensa, refeitório e dispensa para produtos de limpeza. O segundo bloco: secretaria e almoxarifado para materiais pedagógicos, direção, sala dos professores, banheiros masculino e feminino e almoxarifado para utensílios de cozinha. O terceiro bloco: salas de aula, sala de recursos multifuncionais, supervisão, laboratório de informática. O quarto bloco: salas de aula, biblioteca literária, banheiro masculino e o quinto bloco com salas de aula e banheiro feminino. A escola possui ainda uma quadra de esportes coberta e um pequeno pátio.

Quanto aos recursos físicos, a escola dispõe de mobiliário suficiente para educadores, alunos e ainda conta com quatro televisões comuns para uso em sala de aula, uma TV LCD, quatro DVD's, vinte e quatro computadores, uma impressora multifuncional grande e mais duas impressoras menores, três geladeiras, dois fogões industriais, um forno elétrico, um forno semi-industrial, dois freezer horizontais, mobiliário suficiente para secretaria, refeitório e demais dependências, vários jogos pedagógicos, um forno microondas, diversos materiais esportivos, cinco rádios CD portátil, duas máquinas fotográficas, dois notebook, um aparelho data show e uma mesa de alfabeto eletrônico.

Sobre os recursos humanos, pode-se afirmar que todo o pessoal a serviço do estabelecimento de ensino é constituído de docentes, especialistas em educação, agentes administrativos, agentes de serviços escolares e auxiliares de serviços gerais (serviçais e zeladores), diretor e vice-diretor, sendo a maioria efetivos, através de aprovação em concursos públicos, realizados periodicamente pela prefeitura municipal. A admissão de pessoal está sujeita às exigências legais vigentes, emanada da Secretaria Municipal de Educação.

Atualmente a Escola Municipal Dona Santinha dispõe de quarenta e dois funcionários. A maioria dos professores e auxiliares de secretaria possui formação em nível superior; entretanto ainda dispõe de uma professora de nível médio. Quanto aos demais funcionários (auxiliares de serviços gerais, zelador e vigias) a maioria possui o nível médio e alguns ainda encontram-se em formação nesse nível de ensino. Em relação aos professores, a maioria busca a formação continuada em áreas relativas à educação, através de cursos de especialização e aprofundamento.

Como já foi dito, a escola é mantida com as verbas do PDDE (PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA) e também pela verba do FUNDEB (FUNDO NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA), essa repassada pela Prefeitura Municipal de Lagoa Santa. Outro recurso do qual a escola dispõe é a renda obtida com a festa junina, usada geralmente para homenagear anualmente funcionários e alunos na Semana do Educador e das Crianças, no mês de outubro. Esse recurso é administrado pela gestão escolar, com apoio do colegiado escolar. A prestação de contas é feita ao final, com divulgação para toda comunidade escolar.

2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica

Nosso critério de ingresso na escola é o encaminhamento da população em idade escolar ao Ensino Fundamental que é formalizado por meio do Cadastro Escolar, cujo processamento se faz mediante ação conjunta da Secretaria de Estado da Educação e da respectiva Secretaria Municipal de Educação, obedecidos critérios definidos em norma própria.

Cabe à SEMED – Secretaria Municipal de Educação – a divulgação do calendário unificado para a realização das matrículas nas escolas públicas. Os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) poderão ter a matrícula realizada durante todo o ano em curso.

Quanto à enturmação dos estudantes, a escola não tem critério pré-estabelecido, senão a escolha dos pais pelo turno desejado, o que implica na oferta de cada ano de escolarização, nos demais turnos de funcionamento.

Ao longo desses anos a escola tem enfrentado algumas dificuldades diante desse fato, inclusive na formação de turmas homogêneas, vista por Cury (2005, p.16) como uma forma de violência não-física dentro da escola, capaz de promover a exclusão e a discriminação, impossibilitando o respeito às diferenças, o que tem sido objeto de estudo pela nova direção da escola.

A nova proposta de enturmação visa oferecer um trabalho mais heterogêneo, seguindo as novas tendências, possibilitando aos alunos a troca de experiência a partir da diversidade, o respeito ao diferente e a pluralidade cultural.

É importante salientar que a enturmação tem buscado seguir princípios e critérios estabelecidos pela organização da escola como um todo, não atendendo arranjos que facilitam a vida de algumas famílias ou funcionários, mas uma forma de

o pedagógico funcionar com direcionamento curricular e proposta do ano em que o aluno se encontra. Ainda nesse aspecto, os alunos são atendidos, de acordo com a composição de turma definida pela Secretaria Municipal de Educação, que estabelece um número limite de vinte e cinco alunos por turma.

As reuniões administrativas e/ou pedagógicas entre professores e coordenação/direção acontecem, de acordo com calendário escolar, estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, obedecendo à periodicidade de uma reunião por mês; entretanto a escola, sempre que necessário, convoca seus profissionais para reuniões além das estabelecidas no calendário escolar.

No entanto, com relação à comunidade escolar são estabelecidas pela escola quatro reuniões anuais, sendo elas: reunião de início do ano letivo para apresentação da proposta curricular do ano vigente, assim como apresentação de todos os funcionários da escola e uma reunião ao final de cada trimestre para avaliação do trabalho realizado até o momento, além de análise do desempenho escolar dos alunos, com vista a estabelecer critérios de intervenção para minimizar os problemas detectados.

Sabe-se que a organização da prática educativa deve resultar de um trabalho coletivo, tendo como horizonte a concretização da proposta pedagógica da escola, buscando fortalecer, em cada ação ou decisão tomada por seus profissionais, a formação e o sucesso escolar dos alunos, sendo esse o grande desafio da nova gestão escolar.

O planejamento do ensino deve focalizar sua atenção em objetivos educacionais e conteúdos essenciais a serem desenvolvidos, levando em conta as possibilidades diferenciadas de trabalho em sala de aula, em função das necessidades de aprendizagem dos alunos.

O plano de ensino de cada equipe e professor deve resultar de um trabalho coletivo, envolvendo, pelo menos, as equipes de profissionais que atuam no mesmo ciclo, ano ou área curricular e também o pedagogo responsável pelo turno.

Diferentes possibilidades de agrupamento e reagrupamento dos alunos devem ser utilizados pela escola como estratégia pedagógica para garantir a efetiva aprendizagem de todos:

I- Turmas organizadas por idade e nível de escolarização;

II- Grupos temporários de alunos da mesma turma ou de turmas distintas, organizados para atendimento diferenciado ou para a realização de atividades específicas, levando em conta as dificuldades apresentadas pelos alunos.

O processo de recuperação para sanar essas dificuldades acontece ao longo do ano letivo, além da elaboração de Planos de Intervenção Pedagógica - PIP, que são traçados para corrigir a defasagem escolar dos alunos.

Em casos mais específicos, a escola elabora o PDI- Plano de Desenvolvimento Individual, com apoio da Secretaria Municipal de Educação, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Bem Estar Social, monitorando a situação real do aluno e estabelecendo estratégias de ação para auxiliar o aluno em suas deficiências.

3. CURRÍCULO

A Escola Municipal Dona Santinha, assim como as demais escolas municipais da cidade de Lagoa Santa, segue o modelo estadual de ensino, uma vez que o município não possui sistema próprio de ensino que define suas diretrizes curriculares. As escolas, em parceria com a SEMED – Secretaria Municipal de Educação – readaptaram esse modelo estadual, de acordo com a realidade e necessidade local da rede municipal.

Sabendo que o currículo é um importante elemento de construção da organização escolar e implica a opção de um referencial teórico que sustenta a construção dos conhecimentos, faz-se necessário promover, na escola uma reflexão aprofundada sobre o processo do conhecimento escolar e análise das questões curriculares e da cultura num todo.

Há oito anos a rede municipal criou o Núcleo de Alfabetização e Letramento, coordenado pela professora Magda Soares, da Universidade Federal de Minas Gerais, que elaborou uma proposta curricular específica de alfabetização e letramento, cujo objetivo é favorecer o processo de ensino e aprendizagem, oportunizando aos alunos, desde a educação Infantil, condições necessárias para aquisição do processo de leitura e escrita.

Quanto aos demais componentes curriculares, as pedagogas da rede municipal de ensino, sob a coordenação da equipe técnica da Secretaria Municipal de Ensino, elaboraram uma proposta curricular única, que é seguido por todas as escolas.

De modo geral, pode-se dizer que essas diretrizes estão em consonância com a realidade da escola, primeiramente por se tratar de uma proposta construída com a participação efetiva dos professores da rede municipal, através do Núcleo de Alfabetização e Letramento, com base na realidade das escolas e na experiência desenvolvida em seu cotidiano escolar.

Tendo em vista os fins da Educação Nacional e os objetivos gerais da Educação Básica e Educação de Jovens e Adultos, a rede municipal de ensino de Lagoa Santa, através de suas instituições escolares, se propõe a alcançar os seguintes objetivos:

- I – Possibilitar ao educando oportunidades favoráveis ao desenvolvimento de suas potencialidades, tendo em vista o atendimento às diferenças individuais existentes;
- II – Manter o intercâmbio comunidade/escola, oportunizando a integração do aluno ao meio físico-social;
- III – Incentivar a preservação e o aproveitamento dos recursos ambientais;
- IV – Desenvolver no aluno a capacidade de aprender, com pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- V – Incentivar a preservação das características culturais da comunidade.
- VI- Possibilitar a aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores, como instrumentos para uma visão crítica do mundo;

A Constituição de 1988, em seu artigo 205, garante: “A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Partindo desse princípio, a Escola Municipal Dona Santinha vem, através dos temas transversais, fazer conhecer e valorizar as diversidades do patrimônio étnico-cultural brasileiro, tendo atitude de respeito para com pessoas e grupos que a compõem, reconhecendo a diversidade cultural como um direito dos povos e dos indivíduos e elementos de fortalecimento da democracia.

Os temas transversais são desenvolvidos em sala de aula pelos professores, de acordo com as peculiaridades de cada turma, objetivando o respeito mútuo entre toda a comunidade escolar.

A escola desenvolve diversos projetos, incluindo os propostos pela SEMED, em parceria com outras secretarias, como Projeto Dengue, Projeto Saúde Bucal, Projeto Saúde na Escola, Projeto Meio Ambiente; os institucionais, propostos pela própria escola; além dos projetos que surgem da necessidade de cada turma, de acordo com o interesse e necessidades dos alunos.

Dois projetos de grande relevância, desenvolvidos pela SEMED (Secretaria Municipal de Educação), envolvendo todas as escolas municipais que atendem os anos iniciais do Ensino Fundamental, são o “Paralfaletrar” e “Alfalendo”, ambos coordenados pela professora Magda Soares, como ações concretas surgidas a partir do Núcleo de Alfabetização e Letramento. Segundo Magda, “O primeiro focaliza as professoras e sua atuação; e o segundo, os alunos e suas produções, com orientação das professoras”. (SOARES, 2012).

Os dois projetos já acontecem há aproximadamente oito anos e são resultado de um trabalho conjunto, construído ao longo do ano letivo, por professores e alunos da rede municipal, culminando em exposição de trabalhos em dois momentos distintos, sendo o primeiro semestre, normalmente em abril, destinado ao Paralfaletrar e o final do ano, geralmente em novembro, o “Alfalendo”, como consagração de toda produção dos alunos, durante o ano corrente.

O “Paralfaletrar” retrata os materiais que são criados e desenvolvidos pelas professoras, com a finalidade de serem usados em sala de aula, no dia a dia, para alfabetizar e letrar seus alunos. Já o “Alfalendo” apresenta os trabalhos produzidos pelas crianças durante o ano letivo no processo de alfabetização e letramento.

Trata-se portanto, de dois eventos de grande destaque para o município de Lagoa Santa, com ampla divulgação no meio acadêmico, onde os educadores têm a oportunidade de conhecer diversos materiais e enriquecer seu trabalho pedagógico.

A Escola Municipal Dona Santinha oferece também a educação em tempo integral, desde 2011, de acordo com as políticas públicas desenvolvidas pelo município, em consonância com as propostas oferecidas pelo governo federal para melhorar a qualidade da educação pública, embora ainda não atenda 100% dos alunos.

Do total de 258 alunos, apenas 95 deles estão em tempo Integral, pois a escola não possui condições físicas e humanas para tal. Atualmente estão sendo atendidos apenas os alunos que os pais conseguiram comprovar que trabalham e não têm com quem deixar os filhos.

De acordo com o Manual da Educação Integral, elaborado pelo Governo Federal, o *Programa Mais Educação*, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e pelo Decreto nº 7083, de 27 de janeiro de 2010, integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral.

O principal objetivo da Educação em tempo integral é contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, bem como valorizar a diversidade cultural brasileira.

A educação em tempo integral é uma modalidade de ensino que oferece ao aluno a oportunidade da realização das atividades de para casa, reforço escolar e oficinas de esportes, artes e cultura, promovendo o bem estar social e habilidades essenciais ao desenvolvimento integral do indivíduo.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA - é uma modalidade de ensino que tem por objetivo oferecer aos jovens, aos adultos e idosos que não tiveram a oportunidade de frequentar e concluir seus estudos na idade convencional, uma nova chance de retomar seus estudos e recuperar o tempo perdido.

O principal objetivo da EJA é auxiliar na formação de um cidadão ético, crítico e participativo de sua sociedade. A Escola Municipal Dona Santinha embasada por esse princípio, traz aos seus alunos uma oportunidade de ensino diferenciado, destacando o aluno como principal agente da construção do seu saber. São desenvolvidas atividades que envolvem o conhecimento adquirido ao longo dos anos relacionados à cultura.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Desde 2013, segundo orientação da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a escola distribui os dias letivos em trimestre, assim divididos:

1º Trimestre – de fevereiro a maio;

2º Trimestre – de maio a setembro, com interrupção do recesso de julho;

3º Trimestre – de setembro a dezembro.

As aulas são ministradas em módulos de cinquenta minutos e o recreio com duração de vinte minutos, nos turnos matutino, vespertino e noturno.

A Escola Municipal Dona Santinha organiza seus estudantes em classes, de acordo com idade/série, sob a responsabilidade de uma professora regente para cada turma. Além das salas de aulas, professores e alunos utilizam os espaços da biblioteca literária, laboratório de informática semanalmente, quadra de esportes, com professor especializado de educação física, em duas aulas semanais, pátio para recreação, a critério do professor regente e o refeitório para as refeições oferecidas pela escola diariamente.

Considerando que o município de Lagoa Santa não possui sistema próprio de ensino, a Secretaria Municipal de Educação segue as orientações determinadas pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, atualmente determinadas na Resolução SEE nº 2.197, de 26 de outubro de 2012, que dispõe sobre a organização e funcionamento do ensino nas escolas estaduais da educação básica de Minas Gerais, priorizando os níveis de ensino em ciclos, com vistas a garantir o princípio da continuidade da aprendizagem dos alunos.

Em seu artigo 28, a resolução acima citada, garante o Ensino Fundamental, com duração de nove anos, estruturados em quatro ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos sequenciais. A Escola Municipal Dona Santinha oferece os dois primeiros ciclos, assim distribuídos:

I - Ciclo da alfabetização: com duração de três anos de escolaridade

(1º, 2º e 3º ano)

II - Ciclo complementar: com duração de dois anos de escolaridade

(4º e 5º ano)

Quanto à Educação de Jovens e Adultos – EJA, essa modalidade de ensino é oferecida por meio de curso presencial, referente ao 1º segmento, com duração de dois anos letivos, organizados em quatro períodos semestrais.

O município de Lagoa Santa ainda está se organizando para fazer cumprir a Lei Federal nº 11.738/08 – Piso Nacional, que garante uma carga horária destinada para planejamento e formação dos professores. Portanto, até o momento, cada

escola se organiza, dentro de suas condições para promover um momento de troca de experiências, envolvendo os professores da escola e a equipe pedagógica.

Na E. M. Dona Santinha isso tem sido possível, uma vez que os professores regentes de turma possuem dois módulos semanais disponíveis, em função das aulas especializadas de educação física, que são utilizadas para planejamento, junto ao pedagogo e atendimento aos pais, quando necessário.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

O processo de escolha da gestão se dá por meio de prova escrita onde os candidatos são submetidos à avaliação sobre conhecimentos técnicos para o cargo e após a aprovação formam-se as chapas para eleição, envolvendo alunos, funcionários e pais, previamente cadastrados para eleição.

Esse processo foi instituído no município de Lagoa Santa há aproximadamente dez anos, em consonância com o processo de redemocratização do país e considerando as determinações especificadas na Constituição Federal de 88 e posteriormente na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDB 9394/96.

A Escola Municipal Dona Santinha ao longo desses anos vem construindo o processo de gestão democrática, onde toda comunidade escolar pode e deve cooperar para uma educação de qualidade.

Na atual gestão o que se espera é que o processo de participação seja consolidado, onde todos os envolvidos no processo educativo tenham responsabilidades para com a organização e funcionamento da escola, pois como afirma Lucchesi (1997) o diretor tem papel fundamental nesse processo, já que é o articulador de todas as forças no interior da escola.

Em outro aspecto, na administração da Escola Municipal Dona Santinha as decisões de ordem administrativa e financeira são exercidas pelo diretor, legalmente habilitado, assessorado pelo Colegiado escolar. Santos (2001, p.33) afirma que “o colegiado tem poder relevante e o êxito da gestão depende de seu pleno funcionamento”. Assim a escola tem investido na atuação desse órgão acreditando em sua expressividade. Fica notável a função específica do diretor como o sujeito articulador político, pedagógico e administrativo da escola.

As decisões de ordem pedagógica são tomadas pelo serviço pedagógico que é constituído pelo trabalho integrado dos pedagogos, devidamente habilitados na forma da legislação vigente, com a direção escolar e o corpo docente da unidade escolar.

O processo de tomadas de decisões acontece de forma conjunta entre professores e pedagogos; que após definirem a proposta de trabalho (projetos e planejamentos), encaminham para a direção para que seja revisada e aprovada.

Compete à escola definir sua proposta de trabalho, organizando seu horário, de modo a respeitar a carga horária do aluno e estabelecendo critérios de organização do ambiente escolar, tendo autonomia para tomar suas decisões.

Quanto às decisões referentes às reformas e ampliações; contratação e manutenção dos profissionais; compra de materiais permanentes; manutenção das instalações elétricas, hidráulicas e alvenaria, essas ficam a cargo da Secretaria Municipal de Educação.

A Escola Municipal Dona Santinha possui um Colegiado Escolar que tem funções de caráter deliberativo e consultivo, nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira das unidades de ensino, respeitando as normas legais vigentes.

- 1º - As funções deliberativas referem-se à tomada de decisões quanto às diretrizes e linhas gerais das ações desenvolvidas na unidade de ensino.
- 2º - As funções consultivas referem-se à emissão de pareceres para dirimir dúvidas sobre situações decorrentes de ações pedagógicas, administrativas e financeiras, bem como a proposição de alternativas de solução e de procedimentos para melhoria da qualidade do trabalho escolar.

O Colegiado será composto pelo diretor ou coordenador da Unidade de Ensino, que o presidirá, e por representantes dos seguintes segmentos:

- I- Professores, especialistas de educação e demais servidores da unidade de ensino;
- II- Alunos regularmente matriculados com idade mínima de dezesseis anos;
- III- Pais ou responsáveis pelos alunos regularmente matriculados, inclusive daqueles com mais de dezesseis anos

Atualmente a escola conta apenas com o Colegiado escolar, mas pretende investir na criação de outros órgãos representativos dos diversos segmentos da

escola, como Associação de Pais e Mestres, objetivando maior participação, envolvimento e interação entre eles.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

Dentre os papéis exercidos pelos diversos atores no cenário educativo na Escola Municipal Dona Santinha, cabe ao diretor a principal responsabilidade pelos rumos da escola. É ele quem articula com todos os segmentos da escola, contribuindo para a construção e efetivação de uma escola pública de fato democrática.

Compete ao vice-diretor cooperar na harmonia e êxito dos trabalhos escolares, desenvolvendo uma mesma linha de ação do Diretor, para preservar a filosofia educacional da escola, de forma que a ação de todos se integrem na consecução dos seus objetivos, substituindo e respondendo pela escola na ausência eventual do diretor.

À Secretaria cabe a responsabilidade pela escrituração escolar, a execução e controle das normas administrativas, a documentação e arquivos escolares.

É papel específico do pedagogo, articular o trabalho pedagógico da escola, coordenando e integrando o trabalho dos docentes, dos alunos e de seus familiares em torno de eixo comum: o processo de ensino e aprendizagem.

A bibliotecária terá finalidade de fornecer os elementos necessários à realização e ao enriquecimento dos trabalhos pedagógicos, consultas e pesquisas. É de responsabilidade das Agentes de Serviços Escolares, auxiliar o professor regente nas atividades didático-pedagógicas, na articulação e integração da família-escola, participar das reuniões administrativas e pedagógicas promovidas pela área educacional e executar outras atividades correlatas.

A escola tem serviços de conservação, limpeza e cantina. Cabe ao funcionário ajudar nos serviços gerais da escola, como reparo, manutenção, cuidar e zelar pela escola, limpeza e conservação das instalações, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, cantina, preparo de refeições e outros correlatos, de acordo com sua área de atuação.

Quanto aos professores, desempenham papel fundamental no processo ensino e aprendizagem. Eles, juntamente com os alunos são os verdadeiros e fundamentais atores no cenário educativo.

Dentre as demais funções destaca-se a de mediador do conhecimento, onde na relação dialógica com o aluno, possibilita-lhe a descoberta do novo e capacidade de transformação do conhecimento em algo carregado de significados.

Por último, o aluno, razão da existência do espaço escolar. Ser em formação, dotado de sentidos e sentimentos, que traz para o interior da escola uma gama de experiências não menos importante das que serão adquiridas após seu ingresso na escola.

Além dos conteúdos, as experiências vivenciadas pelos alunos no espaço escolar, bem como as relações interpessoais, compondo o currículo oculto, garantirão seu pleno desenvolvimento.

Nesse sentido as relações de trabalho são estabelecidas e cada funcionário é designado para sua função específica, de acordo com os pré-requisitos do cargo; sem desconsiderar a existência de um sistema de colaboração entre os mesmos, onde todos recebem e prestam ajuda aos colegas. Nessa concepção temos buscado uma gestão diferente, como afirma Japecanga (2010, p.43) em que o trabalho seja, de fato, coletivo e significativo.

Analisa-se que apesar de existir um bom convívio com a comunidade, a mesma não é ativa na escola, restringindo basicamente sua participação em eventos festivos. Conforme ressalta Dourado (2005, p.11), “é preciso garantir a participação e não apenas a integração da comunidade escolar, em instâncias colegiadas de decisão.” Esse será um dos desafios da gestão escolar, ou seja, possibilitar que a comunidade escolar aproprie de seu valor, ampliando seu poder de decisão.

Algumas situações de conflito podem surgir dentro do ambiente escolar e precisam ser resolvidas com a integração da comunidade. A existência de conflitos no interior das escolas, como afirma Japecanga (2010, p.44), muitas vezes se dá por interesses antagônicos entre a administração e os subgrupos que buscam ampliar seu espaço de poder.

Em geral os conflitos são resolvidos dentro da própria escola, através de uma relação dialógica com as partes envolvidas, na busca pela conciliação amigável. “ a gestão implica o diálogo como forma superior de encontro das pessoas e solução dos conflitos.” (Cury, 2005). Especificamente nos casos em que há envolvimento de

alunos, se for necessário, faz-se o registro em ata; em casos mais graves entramos em contato com os responsáveis e encaminhamos o caso ao Conselho Tutelar.

A escola, por si só, é local de exercício do convívio social e nesse cenário, cabe ao gestor ser o mediador dessas relações, buscando, através do respeito à diversidade, oportunizar a solução dos problemas existentes.

Os conflitos entre aluno-professor estão cada vez mais frequentes no interior das escolas, o que não é diferente na Escola Municipal Dona Santinha, fruto do desrespeito, muitas vezes de ambas as partes. A escola, nesse caso, procura mediar a situação, sem desconsiderar a autoridade do professor. Por outro lado, busca-se uma reflexão junto ao corpo docente quanto ao respeito à integridade do aluno, além de atribuir-lhes o domínio da situação, enquanto educadores e corresponsáveis pela formação dos alunos.

No caso de conflitos entre professor-professor e professor-gestor, em se tratando de adultos, o diálogo é a melhor solução, levando-se em consideração o respeito à diversidade de opiniões.

7 . AVALIAÇÃO

Apesar da escola está estruturada numa organização em ciclos, percebe-se um abismo entre a avaliação e a organização do trabalho pedagógico na escola, reproduzindo, muitas vezes, as mesmas práticas que ocorriam na organização seriada, contribuindo assim para uma prática que comete equívocos.

Nossa prática, limita-se a uma concepção de avaliação que consiste em diagnosticar a situação de aprendizagem do aluno em relação a indicadores de desempenho, definidos pela escola, em sua proposta pedagógica.

Como afirma Navarro (2004, p.1) “a responsabilidade pela aprendizagem escolar dos estudantes deve ser igualmente dividida entre os seguintes componentes: gestores, professores, estudantes, educadores não-docentes e pais.”

Sendo assim, acreditamos que a avaliação dos alunos deve ser compreendida como parte integrante do processo pedagógico, com objetivo de identificar os avanços e as necessidades de reorientação das ações educativas.

Segundo Pereira (2007, p.3), “avaliar na escola precisa ser uma prática condizente com a própria função da escola, que não é certamente a de expulsar

muitos de seu interior, nem manter nela uma parcela significativa de alunos sem perspectivas de avanço”, o que vem ocorrendo em muitas escolas, incluindo a nossa.

Atualmente, as práticas de avaliação na Escola Municipal Dona Santinha restringem-se basicamente ao rendimento escolar dos alunos, com pouca ou nenhuma avaliação do trabalho pedagógico da escola. É preciso avançar nesse sentido, ampliando o sentido da avaliação no cenário educativo.

Os dados apresentados pelos alunos com baixo desempenho escolar têm contribuído para a exclusão dentro da escola e pouco ou nada tem sido feito para reverter esse quadro.

Ao aluno que não conseguir um desempenho satisfatório será oferecido os estudos de recuperação, de acordo com o proposto na resolução estadual já citada nesse documento, mas os resultados não são promissores, ao contrário, o índice de distorção idade/série tem se acentuado ao longo dos anos, reproduzindo no interior da escola a mesma exclusão existente no tempo da seriação, incluindo retenções ao longo dos anos iniciais do Ensino Fundamental, conseqüentemente baixa auto-estima dos alunos e, proporcionalmente, aumento da indisciplina e violência dentro da sala de aula.

No caso da recuperação paralela, o professor, juntamente com o especialista em educação, desenvolve o PDI - Plano de Desenvolvimento Individual de cada aluno e a partir daí são desenvolvidas atividades com o objetivo de ajudá-lo a sanar as dificuldades encontradas.

Os pontos analisados buscam sempre na estrutura familiar e no desinteresse dos alunos os principais causadores desse baixo desempenho, eximindo, na maioria das vezes, a participação da escola no fracasso escolar de seus alunos.

É preciso ampliar o conceito de avaliação, tendo uma visão global da escola e, nela, situar o desempenho do aluno, pois a escola precisa se apropriar de sua função na vida de seus alunos, contribuindo para o aprendizado de cada um deles.

Como aponta Freire (1991, p. 81), desejamos uma escola pública que incentive o aluno a perguntar, a criar, a criticar, destacando a assimilação do conhecimento significativo.

No que se refere às avaliações externas, a rede municipal de ensino de Lagoa Santa traz em sua trajetória uma participação efetiva, tanto nas promovidas pelos

governos federal e estadual, quanto nas elaboradas pela própria SEMED, através do Núcleo de Alfabetização e Letramento.

O resultado do município tem apontado para avanços significativos, incluindo aumento do IDEB, mas na realidade o que vemos ainda é uma parcela significativa de alunos com baixo desempenho escolar, o que compromete a função social da escola e o cumprimento de seus objetivos, que é, dentre outros, o de inserir o indivíduo na sociedade, de forma ativa e consciente de sua capacidade de ser transformador dessa mesma sociedade.

Por outro lado, embora os profissionais da escola ainda não concebam a avaliação em seu sentido mais amplo, discutem em reuniões pedagógicas sobre os resultados dos alunos, buscando meios e subsídios para reverter os resultados não satisfatórios.

É preciso atribuir à avaliação seu real valor dentro do processo pedagógico, preocupando-se com o avanço de todos os alunos, e considerando, a partir desse desenvolvimento, o trabalho realizado pela escola, estabelecendo mudanças e novas perspectivas com vistas ao desenvolvimento integral do aluno.

A avaliação, portanto, precisa deixar de ser uma via de mão única, como aponta Pereira (2007), onde apenas o aluno é avaliado, considerando a avaliação como parte do processo educativo e sinalizando, através do sucesso ou fracasso do aluno, os caminhos a serem trilhados pela escola, além de ser fonte principal de informação e referência para a formulação de práticas educativas que visem à formação integral do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico proposto traz alguns avanços significativos, levando-se em consideração a estrutura na qual está organizada a Escola Municipal Dona Santinha atualmente.

Maior participação de toda comunidade escolar, mudanças metodológicas, maior envolvimento das famílias, valorização e respeito à diversidade, dentre outros, foram propostos com objetivo de oferecer uma escola mais inclusiva e que promova a valorização do aluno, contribuindo para a diminuição da discriminação dentro e fora da escola.

Grande também será o desafio de instituir no interior da escola uma concepção mais ampla de avaliação, criando espaços de reflexão em seu interior, que possibilitem ao corpo docente, principalmente, perceber a avaliação e as aprendizagens como integrantes do mesmo processo.(PEREIRA, 2007, p.3).

Outro aspecto primordial é a consolidação e fortalecimento do Conselho escolar. É preciso dar vez e voz a este instrumento de democracia, sendo necessário, para isso, investir na formação daqueles que estarão representando os demais segmentos da comunidade escolar e local.

Os desafios são enormes, portanto é preciso começar e sonhar... Sonhar com uma escola mais significativa, que atenda aos anseios de sua comunidade, que respeite e valorize o potencial de cada um. Uma escola mais solidária, que promova o crescimento e o desenvolvimento de seus alunos, cumprindo de fato sua função social.

Esse projeto tem a pretensão de retratar os anseios da comunidade escolar Dona Santinha, através de uma construção coletiva e participativa, sem primar pela rigidez e inflexibilidade, já que não se trata de um documento pronto e acabado, ao contrário, está vivo e pulsando por alterações à todo momento, exigência mínima condizente com a instituição escolar.

REFERÊNCIAS

ALFIZ, I. **El proyecto educativo institucional: propostas para un diseño colectivo**. Buenos Aires: Aique, s/d. p. 68.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/96. Brasília – 1998.

_____. Ministério da Educação. **Lei do Piso Nacional** - nº 11.738/08. Brasília – 2008.

_____. Presidência da República. Portaria interministerial nº 17/2007 e Decreto nº 7083, de 27 de janeiro de 2010. **Dispõe sobre a instituição do Programa Mais Educação e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como estratégia de governo**.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Os Fora de Série na Escola**. Campinas: Associados, 2005.

DOURADO, Luiz Fernandes (org); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Disponível em :< <http://moodle3.mec.gov.br/UFMG>>. Acessado em 26/07/2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Século XXI, versão 3. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 2004 – 2005.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

JAPECANGA, Alaide Pereira. **A democratização das relações de trabalho na escola pública básica**. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/458/357>> Acessado em 26/07/ 2014.

LUCCHESI, M. A. S. **O diretor da escola pública, um articulador**. In: PINTO, O. F. C, FELDMAN, M. G., SILVA, R. C. (Org) Administração escolar e política da educação. Piracicaba: UNIMEP, 1997.

MINAS GERAIS, Conselho estadual de Educação. Parecer nº 272, de 06 de abril de dois mil e cinco. **Dispõe sobre a autorização de funcionamento do Ensino Fundamental na escola Municipal Dona Santinha.**

_____, Secretaria de Estado da Educação. Portaria nº 711, de 26 de maio de dois mil e cinco. **Dispõe sobre a autorização de funcionamento do Ensino Fundamental na escola Municipal Dona Santinha.**

_____, Secretaria de Estado da Educação. Resolução nº 2.197, de 26 de outubro de 2012. **Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais.**

NAVARRO, Ignez Pinto et al. **Avaliação: o processo e o produto**. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/ava_c_texto1.pdf. > Acessado em 08/08/ 2014.

PEREIRA, Maria Susley. **A avaliação das aprendizagens e a escola em ciclos: o que muda na prática docente?** Disponível em: <http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/1826b.pdf> Acessado em 08/08/ 2014.

SANTOS, Juçara Gonçalves dos e SANTOS, Raimundo do Carmo. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisão**. Disponível em: <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/Gestao_Escolar.pdf. > Capítulos 2, 3 e 4. > Acessado em 26/07/ 2014.

SOARES, Magda. **Não existe um currículo no Brasil**. Revista Presença Pedagógica, Belo Horizonte, v. 18, N. 107, set./out. 2012, p. 5 - 13.